



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Diretoria de Documentação Judiciária  
**BIBLIOTECA**

# **INFORME BIBLIOGRÁFICO**

## **SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES**

**RECIFE**

**MARÇO**

**2009**

## INFORMATIVO

FECHAMENTO: 20/03/2009 – EXPEDIÇÃO: 22/03/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 238/219 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 12

### Sumário

#### ATOS DO EXECUTIVO

- Débito fiscal – Dívida de pequeno valor – Parcelamento .....237
- INSS: Programa de redução das demandas judiciais.....237
- Serviço de Atendimento ao Cliente – Fornecimento de gravação de chamadas.....236

#### ATOS DOS TRIBUNAIS

- STJ: Conselho da Justiça Federal – Sistematização da função correicional .....235

#### ATOS INSTITUCIONAIS

- PGF: Execução de dívida ativa – Centralização da cobrança .....235

#### LEMBRETE

- Seguro DPVAT: Alterações na MP 451/08.....234

#### DOCTRINAS

- A execução provisória da sentença penal condenatória e o tratamento dado pelo Conselho Nacional de Justiça – **Cezar Augusto Rodrigues Costa** .....232
- A volta da esquerda radical – **Ives Gandra da Silva Martins** .....231
- Inconstitucionalidade da incidência de contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado – **Leonardo Ribeiro Pessoa**.....230
- Um Código de Ética e de padrão de qualidade para a empresa – **Emerson Souza Gomes** .....227

#### ESTUDO DE CASOS

- Direito real de habitação – Dissolução *pos mortem* de união estável .....225
- Gratuidade de justiça – Concessão mediante simples afirmação de miserabilidade .....224

#### NOTICIÁRIO

##### Destaques da semana .....222

- MP 451: tabela de indenizações do DPVAT
- Parte deverá provar existência de feriado, para obter suspensão de prazo processual
- Pedidos de patentes de 20 anos, só após edição da Lei 9.279/96
- Planos Bresser, Verão, Collor I e II: reajuste deve ser pelo IPC
- Questionamento de mudança no rito em Medida Provisória
- STJ altera honorários advocatícios de 500 reais para 100 mil
- STJ aprova Súmulas 375 e 376
- Suspensão de crédito no cheque especial sem aviso prévio gera dano moral

##### Projetos de lei.....221

- Aprovada a permissão na adoção do sobrenome do padrasto ou madrasta
- Código Florestal: inclusão de cadastro dos infratores
- Comissão será instalada para mudanças no Código Brasileiro de Aeronáutica
- Fiança para casos de lavagem de dinheiro
- Fim ao sigilo fiscal de deputados federais
- Penas mais severas aos óbitos causados por embriaguez no trânsito
- Projeto dificulta fraudes com empréstimos consignados

##### Concursos públicos .....219



## INFORMATIVO

FECHAMENTO: 13/03/2009 – EXPEDIÇÃO: 15/03/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 218/199 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 11

### Sumário

#### ATOS DO JUDICIÁRIO

- STJ: Processo Judicial Eletrônico – Regulamentação.....217
- TRF 2ª R.: Juizados Especiais – Uniformização de Jurisprudência das Turmas Recursais.....215

#### LEMBRETE

- Empresário individual – Considerações.....215

#### DOCTRINAS

- Pensão alimentícia: o terço salarial contra as famílias fundadas no amor – **Mário Gonçalves Júnior**.....214
- O juiz e a prova no processo penal, sob o foco da Lei 11.690, de 10 de junho de 2008 – **Ivan Lira de Carvalho**.....212
- Recuperação de empresas do setor educacional – **Thiago Graça Couto**.....207

#### ESTUDO DE CASOS

- Policial – Empresa Privada – Vínculo empregatício.....205
- Trote universitário.....203

#### NOTICIÁRIO

- Destaques da semana.....202
- Aviso prévio indenizado: não incide contribuição previdenciária
- Carteira de trabalho: empresa é condenada por extravio
- Cobrança de dívida: empresa terá que indenizar por agressão
- Decisão Suprema: Ministério Público tem poder de investigação

- Importação de pneus usados: AGU pede procedência da ação
- Novas súmulas: STJ aprova enunciados 371 e 372
- Súmulas 373 e 374: STJ aprova novos enunciados
- Valor: honorários devem ser equitativos em relação à causa

#### Projetos de lei.....200

- Atuação de defensor público em inventários, partilhas, separações e divórcios é aprovada na CCJ
- Isenção de IPI sobre carro usado por pessoa com deficiência ou taxista pode ser prorrogada até 2014
- Projeto que exige divulgação dos dados de licitações na Internet é aprovado na CCJ
- Projeto reduz lista de pessoas que têm direito à prisão especial e combate o crime do colarinho branco
- Recibos: prazo para guarda de documentos poderá ser de 2 anos

#### Concursos públicos.....199

- DECEA – DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO: Técnico de defesa aérea e controle de tráfego aéreo (Jurídica)
- DEFENSORIA PÚBLICA-AL: Defensor Público
- MINISTÉRIO PÚBLICO-RJ: Promotor de Justiça
- MINISTÉRIO PÚBLICO-RN: Promotor de Justiça Substituto
- POLÍCIA CIVIL-RS: Delegado de Polícia
- TJ-PA: Analista Judiciário/ Oficial de Justiça Avaliador
- TRT-MG: Juiz Substituto

## JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 13/03/2009 – EXPEDIÇÃO: 15/03/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 176/161 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 11

### TEMAS EM DESTAQUE

#### PROCESSO CIVIL

##### Ação de usucapião

♦ Na *sucessio in usucapionem*, é vedado ao herdeiro, isoladamente, pleitear o reconhecimento da prescrição aquisitiva em seu favor, devendo, em princípio, ser exercido o direito por todos os demais.

##### Execução de alimentos

♦ A existência de ação revisional da prestação alimentar não tem o condão de obstar a execução dos alimentos, admitindo-se, por conseguinte, a prisão civil do devedor.

#### CIVIL E COMERCIAL

##### Corretagem

♦ É possível a cobrança de valores decorrentes de intermediação exitosa para a venda de imóvel, sendo prescindível a inscrição do autor no CRECI.

##### Vizinhança

♦ O condômino não pode exercer suas pretensões de forma anormal ou exagerada com a finalidade de prejudicar seu vizinho.

#### PENAL E PROCESSO

##### Algemas

♦ Não está configurada qualquer ilegalidade no uso de algemas, conforme o que estatui a Súmula Vinculante 11 do STF, se a autoridade judicial justifica por escrito o seu uso.

##### Violência doméstica e familiar

♦ A agressão do namorado contra a namorada, ainda que tenha cessado o relacionamento, mas que ocorra em decorrência dele, caracteriza a violência doméstica.

#### TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

##### Estabilidade provisória

♦ Extinto o estabelecimento, não se verifica a despedida arbitrária, sendo impossível a reintegração e indevida a indenização do período estabilitário do cipeiro.

##### Horas extras

♦ O regime de compensação anual previsto pela Lei 9.601/98, denominado banco de horas, somente pode ser pactuado por meio dos instrumentos formais de negociação coletiva trabalhista.

#### CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

##### Energia elétrica

♦ É ilegal a conduta da concessionária de serviço público que condiciona o fornecimento de energia elétrica ao adimplemento de débitos pendentes em nome do antigo ocupante do imóvel.

##### Polícia militar

♦ A existência de processo criminal impede a inclusão de militar no quadro de acesso à promoção, sem que isso viole o princípio constitucional da presunção da inocência.

#### TRIBUTÁRIO

##### ICMS

♦ Admite-se o regime de tributação em que se exige nas operações interestaduais o recolhimento antecipado do ICMS pelo próprio contribuinte, sem substituição tributária.

##### IPTU

♦ O locatário é parte ilegítima para litigar sobre questões que envolvam pagamento do IPTU, pois não se enquadra no conceito de contribuinte ou responsável tributário.

## JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 20/03/2009 – EXPEDIÇÃO: 22/03/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 192/177 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 12

### TEMAS EM DESTAQUE

#### PROCESSO CIVIL

##### Ação de indenização

♦ A ruptura de noivado, por si só, não determina a responsabilidade do desistente, o que pode ensejar a reparação são as circunstâncias em que a outra parte foi comunicada de seu intento.

##### Suspensão do processo

♦ O ato do juiz que determina a suspensão do processo por falecimento da parte possui natureza meramente declarativa, retroagindo ao momento do óbito, reputando-se nulos os atos praticados neste período.

#### CIVIL E COMERCIAL

##### Aval

♦ Prescrita a ação cambiária, perde eficácia o aval, não respondendo o garante pela obrigação assumida pelo devedor principal, salvo se auferiu benefício com a dívida.

##### Prescrição

♦ O prazo para o ajuizamento da ação de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular é de 5 anos.

#### PENAL E PROCESSO

##### Casa de prostituição

♦ A simples tolerância das autoridades públicas com relação à prostituição não é suficiente para afastar a imputação da prática do crime.

##### Inquérito policial

♦ O acesso aos autos de ações penais ou inquéritos policiais, ainda que classificados como sigilosos, por meio de seus defensores, configura direito dos investigados.

#### TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

##### Contrato por obra certa

♦ A anulação dos contratos por obra certa sucessivamente renovados por lapso de tempo considerável gera a indeterminação da relação do trabalho.

##### Vale-transporte

♦ A lei não impõe ao empregador a obrigação de fornecer vale-transporte para que o empregado se desloque para almoçar em sua residência.

#### CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

##### Fornecimento de água

♦ Aos débitos oriundos do inadimplemento dos serviços de água e esgoto não se pode aplicar o regime tributário previsto nas disposições do CTN.

##### Trânsito

♦ No caso de transporte irregular de passageiros, a autoridade fiscalizadora somente deve determinar, além da multa, a retenção do veículo, não podendo realizar a apreensão, por falta de previsão legal.

#### TRIBUTÁRIO

##### Ação de repetição de indébito

♦ Por se tratar de lançamento de ofício, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito de contribuições ao FUSEX é o quinquenal.

##### Contribuição previdenciária

♦ Cabe às empresas de seguro privado o pagamento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor da comissão que a seguradora repassa aos corretores por prestarem serviços de intermediação no contrato de seguro.

ANO XXI - Nº 544 - R\$ 50,00

Desde 1989

www.bonijuris.com.br



Revista  
**Bonijuris**  
MARÇO/09

**ACÓRDÃOS - INTEIRO TEOR**

Pág. XXII

Plano de Saúde - Tratamento Médico - Limitação  
ao Tempo de Internação (TJ/MG)Contrato de Compra e Venda de Imóvel  
- Revisão do Contrato (TJ/PR)Ação Declaratória - Finalidade - Relação  
Jurídica - Art. 4º/CPC, Inc. I (STJ)Dosimetria da Pena  
- Pena-Base (STJ)Vale-Transporte - Deslocamento no Intervalo  
Intrajornada - Desobrigatoriedade (TST)Servidor Público - Anulação de Aposentadoria  
pelo Tribunal de Contas (STF)Execução Fiscal - Indisponibilidade dos Bens do  
Executado - Possibilidade (TRF/1a. Reg.)**LEGISLAÇÃO**

Pág. LI

Lei nº 11.902/09 - Advogado - Ação de Prestação  
de Contas - Prazo PrescricionalLei nº 11.903/09 - Controle de Medicamento - Criação do  
Sistema Nacional de Controle de MedicamentosDecreto nº 6.761/09 - Residência ou Domicílio no Exterior  
- Imposto de Renda - Alíquota - Redução a Zero**DOCTRINA****O INTERESSE DE AGIR ENQUANTO CONDIÇÃO LEGITIMANTE DA AÇÃO  
PENAL: SOBRE A POSSIBILIDADE DO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DO  
INQUÉRITO POLICIAL OU DAS PEÇAS DE INVESTIGAÇÃO QUANDO  
CABÍVEL O PERDÃO JUDICIAL**Domingos Barroso da Costa  
Pág. V**OS ALIMENTOS GRAVÍDICOS: UM IMPORTANTE PASSO NA PLENA  
PROTEÇÃO DA INFÂNCIA**Clovis Brasil Pereira  
Pág. VII**REQUISITOS DE VALIDADE DA CHANCELA ELETRÔNICA NA DÍVIDA  
ATIVA FISCAL**Rodrigo Marques Cesar  
Pág. IX**A TUTELA DE URGÊNCIA NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS  
FUNDAMENTAIS**Daniel Gustavo de Oliveira Colnago Rodrigues  
Gelson Amaro de Souza  
Pág. XIV**SOCIEDAD Y COMUNIDAD**Ivo Zanoni  
Pág. XVII**COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS** Pág. LIV**O Erro Material na Sentença: A Correção Via Recurso do Art. 535 e ss.  
e Correção Via Dispositivo do Art. 463, I**  
Rodrigo da Silva Barroso

Repositório Autorizado

TST - Registro nº 24/2001

STF - Registro nº 34/2003

STJ - Registro nº 56/2005

## DOCTRINA

## CONSELHO EDITORIAL

Coordenador: Luiz Fernando Coelho  
 Antonio Carlos Facioli Chedid  
 Carlos Alberto Silveira Lenzi  
 Carlos Roberto Ribas Santiago  
 Clèmerson Merlin Clève  
 Edésio Franco Passos  
 Hélio de Melo Mosimann  
 Humberto D'Ávila Rufino  
 Jacinto Nelson de Miranda Coutinho  
 João Casillo  
 João Oreste Dalazen  
 Joel Dias Figueira Júnior  
 Manoel Antonio Teixeira Filho  
 Manoel Caetano Ferreira Filho  
 Maximiliano Nagl Garcez  
 Paulo Henrique Blasi  
 Zeno Simm

## DIRETOR

Luiz Fernando de Queiroz

## CONSELHO DE PESQUISADORES

André Barbieri Souza  
 Carlos Oswaldo M. Andrade  
 Eduardo Cambi  
 Elionora Harumi Takeshiro  
 Geison de Oliveira Rodrigues  
 Geraldo Vaz da Silva  
 José Lúcio Glomb  
 Joseph Ernst Gardemann Filho  
 Luciano Augusto de Toledo Coelho  
 Luiz Carlos da Rocha  
 Luiz Salvador  
 Maria de Lourdes Cardon Reinhardt  
 Paula Tiemi Toyofuku  
 Rafael Cessetti  
 Rogério Distéfano  
 Roland Hasson  
 Sérgio de Aragon Ferreira  
 Solange Roessle  
 Yoshihiro Miyamura

## REPOSITÓRIO AUTORIZADO

TST Nº 24/2001  
 STF Nº 34/2003  
 STJ Nº 56/2005

Revista Bonijuris  
 ISSN 1809-3256  
 Ano XXI - Nº 544  
 Edição Mensal - Março/2009  
 Circulação Nacional  
 Tiragem: 5.000 Exemplares

Editor  
 Jornalista Arnoldo Anater  
*(in memoriam)*

<b>O Interesse de Agir Enquanto Condição Legitimante da Ação Penal: Sobre a Possibilidade do Pedido de Arquivamento do Inquérito Policial ou das Peças de Investigação Quando Cabível o Perdão Judicial .....</b>	<b>05</b>
<i>Domingos Barroso da Costa</i>	
<b>Os Alimentos Gravídicos: Um Importante Passo na Plena Proteção da Infância ...</b>	<b>07</b>
<i>Clovis Brasil Pereira</i>	
<b>Requisitos de Validade da Chancela Eletrônica na Dívida Ativa Fiscal .....</b>	<b>09</b>
<i>Rodrigo Marques Cesar</i>	
<b>A Tutela de Urgência na Perspectiva dos Direitos Fundamentais .....</b>	<b>14</b>
<i>Daniel Gustavo de Oliveira Colnago Rodrigues</i>	
<i>Gelson Amaro de Souza</i>	
<b>Sociedad y Comunidad .....</b>	<b>17</b>
<i>Ivo Zanoni</i>	

## ACÓRDÃO EM DESTAQUE

Roubo - Emprego de Arma de Fogo - Causa de Aumento da Pena (STJ) .....	21
--	----

## INTEIRO TEOR

Plano de Saúde - Tratamento Médico - Limitação ao Tempo de Internação (TJ/MG) .....	23
Contrato de Compra e Venda de Imóvel - Revisão do Contrato (TJ/PR) .....	24
Ação Declaratória - Finalidade - Relação Jurídica - Art. 4º/CPC, Inc. I (STJ) .....	26
Dosimetria da Pena - Pena-Base (STJ) .....	30
Vale-Transporte - Deslocamento no Intervalo Intra-jornada - Desobrigatoriedade (TST) ....	31
Servidor Público - Anulação de Aposentadoria pelo Tribunal de Contas (STF) .....	33
Execução Fiscal - Indisponibilidade dos Bens do Executado - Possibilidade (TRF/1a. Reg.) .	35

## EMENTÁRIO

Civil - Comercial .....	37
Imobiliário .....	38
Processo Civil .....	40
Penal - Processo Penal .....	42
Trabalhista - Previdenciário .....	44
Administrativo - Constitucional .....	47
Tributário .....	49

## LEGISLAÇÃO

Lei nº 11.902/09 - Advogado - Ação de Prestação de Contas - Prazo Prescricional .....	51
Lei nº 11.903/09 - Controle de Medicamento - Criação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos .....	51
Decreto nº 6.761/09 - Residência ou Domicílio no Exterior - Imposto de Renda - Alíquota - Redução a Zero .....	52

## COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS

<b>O Erro Material na Sentença: A Correção Via Recurso do Art. 535 e ss. e Correção Via Dispositivo do Art. 463, I .....</b>	<b>54</b>
<i>Rodrigo da Silva Barroso</i>	

<b>EVENTOS/NOTÍCIAS .....</b>	<b>58</b>
-------------------------------	-----------

## COEDIÇÃO:

AMAPAR - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ  
 AMC - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES  
 AMATRA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO - IX E XII

**INSTITUTO DE PESQUISAS JURÍDICAS BONIJURIS**  
 R. Marechal Deodoro, 344 - 3º and. - CEP 80010-010 - Curitiba - PR  
**www.bonijuris.com.br**

**Administrativo - Comercial - Suporte de Informática**  
 Fone-fax: (41) 3323-4020  
 E-mail: bonijuris@bonijuris.com.br / comercial@bonijuris.com.br

**Jurídico - Pesquisa - Serviços de Apoio**

Fone: (41) 3322-3835  
 E-mail: juridico@bonijuris.com.br



ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

# REVISTA DO FORO

Volume 122  
Ano 2008.1



# SUMÁRIO

<b>ORGANIZAÇÃO DO TJPB</b> .....	03
<b>SÚMULAS DO TJPB</b> .....	11
<b>PRESIDENTES QUE EXERCERAM INTERINAMENTE AO CARGO DE GOVERNADOR DE ESTADO</b> .....	19
<b>DOCTRINAS</b>	
<b>CIVIL:</b> Gestão Judiciária: a “nova onda de acesso à justiça” ( <i>Higyna Josita Simões de Almeida Bezerra</i> ) .....	21
<b>CRIMINAL:</b> Exclusão da responsabilidade penal do agente infiltrado pelos delitos praticados como consequência necessária da missão de infiltração ( <i>Ricardo Vital de Almeida</i> ) .....	33
<b>JURISPRUDÊNCIA CÍVEL</b>	
<b>TRIBUNAL PLENO</b>	
Ação Rescisória .....	53
Agravo Interno .....	86
Embargos à Execução .....	89
Embargos Infringentes .....	94
Habeas Data .....	105
Mandados de Segurança .....	109
<b>PRIMEIRA CÂMARA</b>	
Agravo de Instrumento .....	145
Apelações Cíveis .....	148
Remessa Oficial .....	211
Remessa Oficial e Apelação .....	215
<b>SEGUNDA CÂMARA</b>	
Agravos .....	221
Apelações Cíveis .....	229
Apelação e Recurso Adesivo .....	284
Remessa Necessária .....	289
Remessa Oficial .....	293
<b>TERCEIRA CÂMARA</b>	
Agravos de Instrumentos .....	299

# Revista de **DIREITO DO TRABALHO**

Ano 34 • n. 132 • out.-dez./ 2008

Repositório de Jurisprudência autorizado pelo TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – TST (Registro 11/95) e pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL da 5ª Região (Repositório Oficial de Jurisprudência 8/2003).

# Sumário

## I. DOUTRINA NACIONAL

1. Cláusula de não-concorrência no contrato individual de trabalho brasileiro  
*Cibele Andrade Pessoa de Freitas* ..... 9
2. Da aplicação prática de um método para resolver colisão entre princípios constitucionais: amplo acesso aos cargos públicos e proteção contra despedida arbitrária  
*George Felício Gomes de Oliveira* ..... 22
3. Responsabilidade dos sócios e administradores das sociedades empresárias nas relações trabalhistas e o instituto da penhora on-line  
*Giseli Valezi Raymundo e Gisleni Valezi Raymundo* ..... 45
4. Comentários às repercussões da súmula vinculante que limitará competência da Justiça do Trabalho para cobrança de contribuição social  
*Luciano Marinho Filho* ..... 63
5. O trabalho escravo contemporâneo rural no contexto da função social  
*Marcello Ribeiro Silva* ..... 71
6. A prescrição do FGTS: a Súmula 362 do TST, o problema das antinomias jurídicas e a consistência do sistema  
*Marcus de Oliveira Kaufmann* ..... 96
7. A impossibilidade da utilização do *jus postulandi* como fundamento para o indeferimento de honorários de sucumbência nas causas trabalhistas que versem sobre a relação de emprego  
*Paulo Roberto da Cruz* ..... 124
8. O direito constitucional à saúde do trabalhador  
*Priscila Jorge Cruz Diacov* ..... 139
9. Comentários à parte introdutória (título I) do Anteprojeto da CLT  
*Rafael Foresti Pego* ..... 150
10. A utilização do procedimento monitorio na Justiça do Trabalho  
*Rodrigo Valente Giublin Teixeira* ..... 171
11. O princípio da proteção e a regulação não-mercantil do mercado e das relações de trabalho  
*Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva e Carlos Henrique Horn* ..... 184
12. A negociação coletiva transnacional no âmbito do Mercosul como elemento de inclusão social  
*Wolney de Macedo Cordeiro* ..... 206

## II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. Impacto laboral del mercado empresarial europeo: tres ejemplos a partir de la jurisprudencia comunitaria  
*Joaquín García Murcia e Iván Antonio Rodríguez Cardo* ..... 221
2. El sistema español de responsabilidades en materia de seguridad y salud en el trabajo. El empresario como principal sujeto responsable  
*María Luisa Martín Hernández* ..... 229
3. O rubicão do trabalho subordinado  
*Piergiovanni Alleva* ..... 282

## III. JURISPRUDÊNCIA

## Íntegra

## 1. Supremo Tribunal Federal

Adicional de insalubridade – Utilização, como base de cálculo, da remuneração do trabalhador ou do salário-base da categoria, em substituição ao salário mínimo – Inadmissibilidade – Poder Judiciário que não pode atuar como legislador positivo – AgRg no RE 488.240-0/ES – 2.<sup>a</sup> T. – STF – v.u. – rela. Ministra Ellen Gracie ..... 289

## 2. Tribunal Superior do Trabalho

Adicional de periculosidade – Inflamáveis e/ou explosivos – Aeroviário – Empregado que, diariamente, ingressa em área de risco durante o abastecimento de aeronave – Verba devida de forma integral – Irrelevância, para fins do adicional em comento, do tempo ou da frequência da exposição ao risco – Inteligência das Súmulas 361 e 364, I, do TST – Interpretação do art. 193 da CLT – AgIn em RR TST-AIRR-353/2003-011-04-40.7 – 7.<sup>a</sup> T. – TST – v.u. – rel. Min. Caputo Bastos ..... 291

Acordo judicial – Homologação – Contribuição previdenciária – Não incidência – Parcelas de natureza indenizatória – Inteligência da Súm. 333 do TST – AgIn em RR TST-AIRR-389/2003-037-03-40.9 – 1.<sup>a</sup> T. – TST – v.u. – rel. Min. Waldir Oliveira da Costa ..... 295

3. Tribunal Regional do Trabalho da 1.<sup>a</sup> Região

Administração pública indireta – Contrato de trabalho – Desvio de função – Reenquadramento – Inadmissibilidade se o empregado não obteve prévia aprovação em concurso público – Trabalhador que somente tem o direito às diferenças salariais pertinentes – Inteligência do art. 37, II, da CF – RO 00365-2002-043-01-00-7 – 4.<sup>a</sup> T. – TRT-1.<sup>a</sup> Reg. – v.u. – rel. Des. Federal Luiz Alfredo Mafra Lino ..... 300

Profissional autônomo – Vínculo empregatício – Ocorrência – Comprovação de trabalho pessoal, não eventual, oneroso e subordinado – Inteligência dos arts. 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup>

# Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

---

Ano V

Número 28

---

Repositório Autorizado de Jurisprudência  
Superior Tribunal de Justiça – nº 63/2008

## Editores

Fábio Paixão  
Rogério Rodrigues  
Veruscka Diab  
Walter Diab

## Diretores

Ana Maria Paixão  
Fábio Paixão  
José Roberto Penz  
Luiz Antonio Paixão  
Rogério Rodrigues  
Tuchaua Rodrigues

## Conselho Editorial

Ada Pellegrini Grinover – Álvaro Villaça Azevedo – Araken de Assis  
Arnaldo Rizzardo – Arnaldo Wald – Athos Gusmão Carneiro  
Carlos A. Alvaro de Oliveira – Clito Fornaciari Júnior – Ênio Santarelli Zuliani  
Fredie Didier Júnior – Giselda M. F. Novaes Hironaka  
Humberto Theodoro Júnior – Ives Gandra da Silva Martins  
João Baptista Villela – José Carlos Barbosa Moreira – José Roberto F. Gouvêa  
José Rogério Cruz e Tucci – Maria Berenice Dias – Ovídio Baptista da Silva  
Pablo Stolze – Rodrigo da Cunha Pereira – Sílvio de Salvo Venosa – Voltaire Marensi

## Colaboradores deste Volume

Clito Fornaciari Júnior – Diogo Naves Mendonça  
Fernando Capez – Gelson Amaro de Souza – Humberto Theodoro Júnior  
Isabella Saldanha de Sousa – Luiz Flávio Gomes – Magno Federici Gomes  
Maria Berenice Dias – Ovídio Baptista da Silva

# Sumário

## Doutrina

1. Redimensionamento da Coisa Julgada  
*Humberto Theodoro Júnior* ..... 5
2. As Uniões Homoafetivas na Justiça  
*Maria Berenice Dias* ..... 24
3. Prisão Civil do Depositário Infel (Fim): Decisão Histórica do Supremo Tribunal Federal  
*Luiz Flávio Gomes* ..... 36
4. A Prisão Civil do Depositário Infel na Visão do Supremo Tribunal Federal  
*Fernando Capez* ..... 39
5. Embargos de Declaração com Efeito Infringente  
*Magno Federici Gomes e Isabella Saldanha de Sousa* ..... 42
6. A Sentença como Entrave à Sua Reforma  
*Clíto Fornaciari Júnior* ..... 66
7. Penhora e Averbação – Inconstitucionalidade dos §§ 4º e 5º do Artigo 659 do CPC  
*Gelson Amaro de Souza* ..... 69
8. Indenização por Equidade: Desproporção Entre a Culpa e o Dano  
*Diogo Naves Mendonça* ..... 80

## Em Evidência

1. Advocacia de Tempos de Crise  
*Ovídio Baptista da Silva* ..... 95

## Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – RE. Decisão Interlocutória. Retenção  
*Rel. Min. Marco Aurélio* ..... 107
2. Superior Tribunal de Justiça – Instituição Financeira Sujeita à Liquidação Extrajudicial. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Possibilidade  
*Relª Minª Nancy Andrighi* ..... 109
3. Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Art. 475-J do CPC. Multa. Termo Inicial. Fixação de Honorários na Fase de Cumprimento de Sentença. Possibilidade  
*Rel. Des. Fed. Frederico Gueiros* ..... 117
4. Tribunal de Justiça do Distrito Federal – Bem de Família. Possibilidade de Aquisição de Outras Moradias com a Sobra da Hasta. Impenhorabilidade Afastada  
*Rel. Des. João Mariosi* ..... 123

5. Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Embargos de Terceiro. Penhora. Construção de Bem Certo e Determinado Antes da Partilha. Impossibilidade <i>Rel. Des. Domingos Coelho</i> .....	126
6. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – Contrato de Distribuição. Quebra Unilateral de Exclusividade. Fundo de Comércio. Indenização de Patrimônio Imaterial. Possibilidade <i>Rel. Des. Luiz Ary Vessini de Lima</i> .....	129
7. Tribunal de Justiça de São Paulo – Hipoteca Judiciária. Escolha de Imóvel <i>Manu Militare</i> da Credora. Inadmissibilidade <i>Rel. Des. Ênio Santarelli Zuliani</i> .....	142
8. Divergência Jurisprudencial .....	145
9. Ementário .....	146
10. Julgados da OAB – CF/TED .....	162
<b>Sinopse Legislativa</b> .....	164
<b>Destaques dos Volumes Anteriores</b> .....	165
<b>Índice Alfabético-Remissivo</b> .....	166

**ESCOLA DE MAGISTRATURA  
FEDERAL DA 5ª REGIÃO**

**Revista**

**ESMAFE**

**Dezembro de 2008**

**Recife – Pernambuco  
2008**

<b>Revista ESMAFE</b>	<b>Recife</b>	<b>n. 18</b>	<b>p. 3-178</b>	<b>2008</b>
-----------------------	---------------	--------------	-----------------	-------------



# SUMÁRIO

<b>SIMULAÇÃO E SUA ARGÜIÇÃO PELOS SIMULADORES.....</b>	<b>11</b>
Edilson Pereira Nobre Júnior	
<b>ADMINISTRAÇÃO NAS VARAS DE EXECUÇÃO FISCAL: REENGENHARIA E POLÍTICA DE RESULTADOS .....</b>	<b>27</b>
Francisco Antônio de Barros e Silva Neto Diogo Henrique Helal	
<b>O PAPEL DO JUIZ NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UMA REFLEXÃO SOBRE O ATIVISMO JUDICIAL NO BRASIL.....</b>	<b>45</b>
Frederico Wildson da Silva Dantas	
<b>DESAFIOS DA MAGISTRATURA CONTEMPORÂNEA .....</b>	<b>61</b>
Joana Carolina Lins Pereira	
<b>A EFICÁCIA DOS DIREITOS SOCIAIS E O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL.....</b>	<b>75</b>
Tarcísio Barros Borges	
<b>DO MITO DA NEUTRALIDADE À CONCEPÇÃO DO JUIZ “POLITIZADO” E INDEPENDENTE COMO MODELO DE GESTOR JUDICIAL.....</b>	<b>107</b>
Tiago Antunes de Aguiar	
<b>RECEBIMENTO E REJEIÇÃO DA PEÇA ACUSATÓRIA, À LUZ DA LEI Nº 11.719/2008.....</b>	<b>127</b>
Victor Roberto Corrêa de Souza	
<b>DEFESA EFETIVA NO PROCESSO PENAL.....</b>	<b>153</b>
Walter Nunes da Silva Júnior	